



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº220., Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8063, Fortaleza-CE - E-mail: for.15fazenda@tjce.jus.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0145176-04.2019.8.06.0001**  
 Classe: **Procedimento Comum Cível**  
 Assunto: **Fornecimento de Medicamentos**  
 Autor: **Ernilson Martins Nascimento**  
 Requerido: **Estado do Ceará - Procuradoria Geral do Estado do Ceará - PGE**

Vistos em inspeção

Trata-se de ação de ação de rito comum (antes ordinário), com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por **ERNILSON MARTINS NASCIMENTO** em face do **ESTADO DO CEARÁ**. Por ela, buscaram, em síntese, o fornecimento do medicamento OCRELIZUMAB (OCREVUS ).

A parte demandante alega ser portadora de Esclerose Múltipla de Forma Primariamente Progressiva (**CID -10: G35**) e necessita fazer uso da medicação Interferon Beta la 44mcg (REBIF), haja vista que continua evoluindo com piora gradativa do quadro (confirmada falência terapêutica).

Afirma que não pode custear a aquisição do medicamento, em razão de sua condição de hipossuficiente.

Este juízo, através de despacho acostado às páginas 91/92 determinou que fosse consultado o NAT-JUS, tendo referido órgão produzido a Nota Técnica junta a estes autos às págs. 94/106.

**Decisão interlocutória de páginas 107/112** concedeu a tutela provisória de urgência.

**Contestação de páginas 118/125**, onde o Estado do Ceará alega que a parte autora não comprovou ter feito uso dos demais medicamentos ofertados pelo SUS, que o autor é beneficiário de plano de saúde e requereu o julgamento improcedente da ação.

**Réplica às páginas 137/147.**

**Parecer do Ministério Público**, às páginas 167/172, posiciona-se pela procedência da ação.

**Despacho de páginas 200** determinou consulta ao NAT JUS para esclarecimentos complementares, que foram prestados através da Nota Técnica complementar de páginas 204/220.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Fortaleza

15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº220., Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8063, Fortaleza-CE - E-mail: for.15fazenda@tjce.jus.br

Despacho de páginas 234/238, determinou a intimação da parte autora para dizer se desejava incluir a União no polo passivo da demanda.

A parte autora, por meio do petitório de páginas 241, emendou a inicial, requerendo a inclusão a citação da União, tendo sido declarada a incompetência deste juízo para julgar e processar o presente feito, através da decisão de páginas 244.

Recebendo os autos, proferiu o juiz federal a decisão de páginas 370/374, por meio da qual determinou o retorno dos autos a esta justiça Estadual.

Suscitado o conflito negativo, o STJ, por meio da decisão de páginas 391/398 declarou a 15ª Vara da Fazenda Pública competente para julgar e processar o presente feito.

**É o relatório.**

Da análise dos autos, observa-se, de pronto, o cumprimento, pela parte autora, de todos os requisitos necessários ao deferimento do pedido, notadamente aqueles estabelecidos junto ao Tema 106 de Recursos Repetitivos firmado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A parte autora comprovou, como atestou o médico que a acompanha, que já se submetera aos protocolos clínicos estabelecidos pelo SUS para a doença, tidos aqui como ineficazes e sem a possibilidade de substituição por outro medicamento fornecido pelo SUS, circunstância que demonstra a imprescindibilidade da concessão do medicamento pleiteado.

O fármaco, de sua vez, encontra-se registrado na ANVISA sob o nº 1010006660013.

De saída, verifica-se demonstrada a hipossuficiência econômica da parte autora, evidenciado pelo custo do medicamento no mercado econômico e de beneficiário da justiça gratuita (página 41 e 80).

A Nota Técnica acostada às páginas 94/106, elaborada especificamente para o caso em análise, expressa não há cura para o mal que acomete a parte autora e que é imprescindível para o tratamento da enfermidade sofrida.

A Nota Técnica de páginas 204/220, que presta esclarecimentos complementares para a presente demanda, afirma que o medicamento pleiteado, embora não disponível pelo SUS é aprovado pela ANVISA e: "é a única terapia modificadora da doença (DMT) que altera a progressão da doença em indivíduos com esclerose múltipla primária progressiva (PPMS) que são ambulatoriais.

À vista dessas circunstâncias, o fato é que restou devidamente demonstrada a eficácia e imprescindibilidade do(s) fármaco(s) cujo fornecimento foi requerido, ao menos em relação ao sujeito processual deste processo.



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

15ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD 1º Grau)

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes, nº220., Edson Queiroz - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8063, Fortaleza-CE - E-mail: for.15fazenda@tjce.jus.br

Ante o Exposto, **julgo PROCEDENTE** o pedido autoral, com o fito específico de que o ESTADO DO CEARÁ, forneça o medicamento **beta-agalsidase**, de acordo com o relatório médico de página 41/42, conforme o artigo 487, inciso I, do CPC. **Deve a parte autora, a cada 6 meses, apresentar relatório médico assinado e atualizado, que ateste a necessidade e utilidade do tratamento médico aqui concedido, ao servidor público da Secretaria de Saúde responsável pela entrega do medicamento.**

Sem condenação em custas, haja vista, no âmbito da Justiça Estadual, ser, o estado-membro, o próprio sujeito ativo da relação jurídico-tributária referente às custas judiciais - taxa tributária.

Honorários de sucumbência pela parte ré, fixados em R\$1.000. Causa de grau reduzido de complexidade, haja vista a consolidação do entendimento a respeito da matéria. Demanda envolvendo direito à saúde, com proveito econômico inestimável. Aplicação da orientação firme do STJ<sup>1</sup> e TJCE<sup>2</sup>.

(1) Intimem-se ambas as partes.

(2) Caso haja interposição de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para resposta.

(3) Não havendo apresentação de recurso, transitando em julgado a decisão final, arquivem-se prontamente os autos.

Fortaleza/CE, 23 de setembro de 2022.

Alisson do Valle Simeao  
Juiz

<sup>1</sup> STJ REsp nº 1.789.913/DF, Relator o Ministro Herman Benjamin, 2ª TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe de 11/03/2019.

<sup>2</sup> Apelação/Remessa Necessária nº. 0182432-25.2012.8.06.0001; Relator (a): ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES; Órgão julgador: 3ª Câmara Direito Público; Data da Publicação: 29/04/2019.